

## Religiosos denunciam que no Parque do Xingu há até campos de aviação ilegais

Brasília (Sucursal) — O Parque Nacional do Xingu não está apenas loteado, como também existem, em seu interior, campos de aviação ilegais, vilas e até mesmo projetos recentemente aprovados pela Sudam, órgão que, como a Funai, pertence à estrutura do Ministério do Interior.

A denúncia foi formulada pelo Conselho Indigenista Missionário, órgão vinculado à CNBB, que se reuniu ontem, em Brasília, e aprovou nota oficial, assinada pelo secretário executivo, padre Egidio Schwade, reconhecendo que há, no Brasil, as melhores leis em favor dos índios e de suas terras, mas "esta bela legislação jamais foi devidamente posta em prática."

### CONVENIOS

O Conselho Indigenista Missionário também examinou a proposta da Funai no sentido de assinar convênios, com as missões religiosas da Amazônia, para um trabalho comum de assistência ao índio. A tendência da maioria dos membros do Conselho foi a favor dos convênios, embora a palavra final esteja reservada para um encontro nacional de missionários e indigenistas previsto para novembro.

Também foi debatida a questão de terras dos índios irantches, do Município de Diamantino, que estão sendo ameaçadas de invasão por grileiros. A denúncia foi apresentada pelo Padre Tomás de Aquino, da missão jesuítica de Diamantino. Um ex-Prefeito do município, Sr. João Batista Almeida, atual dono do cartório local, estaria auxiliando a legalização de títulos de propriedade na área, emitidos pelo Departamento de Terras do Mato Grosso.

O atual Prefeito, Sr. Francisco Ferreira Mendes, no entanto, tem procurado auxiliar o trabalho da Missão Anchieta, junto aos irantches, através da construção de estrada e pontes para escoar a produção agrícola destes índios até a sede do município.

### XINGU E ARIPUANÁ

Em seguida, o conselho aprovou texto de nota oficial, assinada pelo Secretário-Executivo do Cimi, na qual ele reitera as denúncias que já foram apresentadas à Funai, referentes ao loteamento do Parque do Xingu e acrescenta que o mesmo vem ocorrendo com o Parque do Aripuanã.

A nota estranha a posição do sertanista Orlando Vilas Boas, diretor do Parque, manifestada a um jornal paulista, segundo a qual o loteamento do território indígena é inexistente. Também incrimina o fornecedor dos mapas com os loteamentos, Sr. Ramis Bucair, de faltar à verdade.

Inspetor do extinto Serviço de Proteção ao Índio, o Sr. Ramis Bucair alegou que os mapas contendo os loteamentos do Xingu seriam velhos e anteriores à decretação do Parque (1961) Como prova de que os mapas são novos, de confecção recente, o Conselho Indigenista apontou a existência em seu traçado, da Rodovia BR-080, que o Governo está construindo ao Norte do Parque do Xingu, desmembrando as terras habitadas pelos índios txucarramae que, agora, estão atacando as frentes de trabalhadores.

### A NOTA

A nota oficial do Cimi tem por título "loteamento do Parque Xingu." Diz, na íntegra, o seguinte:

"Conforme foi amplamente divulgado pela imprensa (O Estado de São Paulo 29-9-73), o Sr. Ramis Bucair, antigo inspetor do

extinto Serviço de Proteção ao Índio e ex-funcionário da Funai, atualmente dono da maior empresa cartográfica de Mato Grosso, afirma que os mapas vendidos ao Padre Egidio Schwade são de confecção "anterior à criação oficial do Parque do Xingu." Continua o Sr. Ramis Bucair dizendo que sua empresa possui "um dos mais completos arquivos cartográficos de Mato Grosso, que tem servido, inclusive, para orientar a Funai e os novos proprietários que querem saber se suas terras estão localizadas, ou não, em reservas indígenas." Os mapas são elaborados com a ajuda dos cartórios de registro de imóveis.

Não é verdade que eu (Padre Egidio) tenha pedido mapas "dos antigos proprietários do Parque do Xingu." Adquiri, a preço de Cr\$ 20 cada, mapas atualizados da colonização dos Municípios de Barra do Garças, Chapada dos Guimarães, Diamantino, Vila Bela de Mato Grosso e Aripuanã, nos quais constam loteamentos de reservas indígenas, inclusive, dos Parques Aripuanã e do Xingu. Os referidos mapas, vendidos regularmente pelo Sr. Ramis Bucair a qualquer interessado, não são cópias de antigos, mas atualizados, constando neles, inclusive, a nova Estrada Federal BR-080 — que prejudicou o Parque do Xingu — campos de aviação, vilas e projetos recentemente aprovados pela Sudam. Pergunto: como podem tais mapas ignorar os limites do Parque do Xingu, criado em 1961, prestando-se, assim, a orientações duvidosas aos "novos proprietários que querem saber se suas terras estão localizadas, ou não, em reservas indígenas?"

"Mas Orlando Vilas Boas afirmou que a ameaça de invasão do Parque Xingu, por empresas particulares, ou mesmo fazendeiros, não existe." (O Estado de São Paulo, 28-9-73). É estranha a opinião de Vilas Boas, responsável pelo Parque do Xingu, quando se sabe que esta reserva indígena vem sendo continuamente ameaçada por cortes e estradas, por interesses de desenvolvimento e pela cobiça de grileiros." Reconheço, com Vilas Boas e a Funai, que dispomos das melhores leis em favor do índio e de suas terras, mas todos sabemos também que esta bela legislação jamais foi devidamente posta em prática.

Resumindo, percebe-se que os mapas de autoria do Sr. Ramis Bucair, publicados sem datas nem fontes, revelam propósitos tendenciosos em provocar, subrepticamente, o esbulho das terras indígenas, colocando o Governo e as autoridades competentes diante de fatos consumados, como está acontecendo, nestes dias, com as reservas dos xavantes."